

**8. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE LICENÇA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS:**

Da **DMG-DF-Departamento de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, pedido de isenção de pagamento de fatura no valor de **1.692,00 €**, (011/1771 de 25/11/2019) relativo à ocupação de 2 lugares de estacionamento privativo no Largo Carlos Amarante, nesta cidade, por parte da Irmandade de Santa Cruz, com os fundamentos constantes da mesma proposta e que se anexa.



Processo E/1436/2020

Requerente: Irmandade de Santa Cruz

Informação: 20811

Assunto: Pedido de Isenção de Taxas

Referencia: E/44089/2019, fatura 011/1771

## **1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO**

1.1. A requerente solicita através de requerimento registado E/1436/2020, datado de 10/10/2020, isenção de taxas de licença de Ocupação de Espaço Público, com estacionamento privativo – 2 lugares, sitos no Largo Carlos Amarante;

## **2. ANÁLISE**

2.1. Verifica-se que o requerente em requerimento E/44089/2019, datado de 02/08/2019, solicitou “a atribuição de três lugares de estacionamento no Largo Eng. Carlos Amarante, n.º11, junto à entrada da Irmandade de Santa Cruz destinados à utilização desta Instituição. Queiram V. Exas. notar que a Irmandade de Santa Cruz já tem lugares de estacionamento atribuídos pelo Município de Braga (conforme documentos emanados dos Gabinete do Exmo. Sr. Vereador João Rodrigues que se anexou) embora os mesmos não se encontrem até à data presente marcados quer por sinalização vertical, quer por sinalização horizontal o que urge fazer o quanto antes.”

2.2. Na informação I/17922/2019, datada de 12/06/2019, efetuada pela Divisão de Transito e Mobilidade verifica-se que de “acordo com o e-mail anexado ao presente documento a 26/07/2019, anexou-se proposta de reformulação viária no Largo Carlos Amarante, com vista à criação de um total de 7 lugares de estacionamento. Deve considerar-se apenas as plantas anexadas a 26/07/2019.

2.3. No relatório[mov.4] do documento E/44089/2019 informa a Divisão de Transito e Mobilidade que “No que respeita ao número limite de lugares de estacionamento privativo, o Código Regulamentar do Município de Braga estabelece um máximo de 2 lugares (à exceção de Empreendimentos Turísticos que não disponham de estacionamento próprio, o que não corresponde à presente situação), de acordo com o disposto no artigo D-1/16º do respetivo regulamento.”

2.4. Nos movimentos 5, 6 e 7 do relatório do documento E/44089, verifica-se que foi autorizada a marcação de 2 lugares privativos, tendo sido o processo E/44089/2019

encaminhado para a Divisão Financeira para inserção na aplicação Sistema de Taxas e Licenças, e respetiva emissão de faturação e licenças;

2.5. A Divisão Financeira emitiu a fatura 011/1771 [Licenças: 189191 e 189192], no valor de 1692,00 euros referente às taxas de ocupação de 2019, tendo em conta o nº3 do Artigo H-1/7º do Código Regulamentar do Município de Braga. Tal fatura respeita ao período compreendido entre agosto e dezembro de 2019 e foi emitida à Irmandade de Santa Cruz em 25/11/2019, com data limite de pagamento a 10/12/2019. Fatura essa remetida via CTT através dos ofícios n.25213, datado de 25/11/2019 e n.39703 datado de 26/12/2019.

2.6. Entretanto, veio a entidade solicitar que lhe fosse concedida isenção do pagamento da respetiva fatura em 10/01/2020, através do Processo E/1436/2020.

**Considerando que:**

a) 1.2. O pedido de Isenção tem enquadramento na alínea a) do n.1, e no n.2, do Artigo H-1/16º do Código Regulamentar do Município de Braga;

c) de acordo com o previsto no Artigo D-1/18º do Código Regulamentar do Município de Braga as licenças de estacionamento privativo são concedidas pelo período de um ano civil, sendo automaticamente renováveis;

d) de acordo com o n.1 do Artigo D-1/19º, do Código Regulamentar do Município de Braga, as licenças são concedidas a título precário, podendo os lugares ser removidos definitivamente ou desativados por um determinado período de tempo, por razões de segurança, alteração ao ordenamento de trânsito, por motivo de obras ou outros impedimentos.

Poderá, conseqüentemente, e ao abrigo das normas transcritas do Código Regulamentar do Município de Braga, ser concedida a isenção, caso seja esse o entendimento do Executivo Municipal

Ou,

não sendo concedida a mesma, deverá ser notificada entidade (Irmandade de Santa Cruz) para proceder ao pagamento da quantia em dívida.

À consideração superior.

A Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita,

O Chefe do Departamento	
Despacho	Despacho